



Estão previstos
cortes de 13%
na Educação

Eles não cabem na conta

NO TOMA LÁ DÁ CÁ PELO
CONTROLE DO ORÇAMENTO
DE 2021, EDUCAÇÃO E SAÚDE
FICAM COM AS MIGALHAS.
AINDA ASSIM, O AJUSTE FISCAL
CONTINUA UMA FICÇÃO

EDUARDO AIGNER/MD5

por CARLOS DRUMMOND

O movimento iniciado no Congresso na terça-feira 18 para prorrogar com valor menor a renda emergencial de 600 reais até a aprovação do Renda Brasil, programa de Jair Bolsonaro para substituir o Bolsa Família, elevou ao máximo o alarmismo fiscalista na véspera do encaminhamento da proposta orçamentária para 2021. Economistas ortodoxos estão nervosos com a possibilidade de a Lei do Teto de Gastos, que limita o crescimento das despesas da União à inflação, ir para o espaço, apesar das juras de fidelidade às regras do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

A regra vale durante 20 anos desde 2017 e tem por base o orçamento de 2016. Gastos com saúde e educação foram enquadrados em 2018. A PEC emergencial do orçamento de guerra suspendeu a regra do teto, mas sua vigência termina em dezembro e, caso não seja prorrogada, os gastos do ano que vem precisam obedecer à lei aprovada no governo de Michel Temer.

Como a inflação de 2019 foi de 4,31%, o

CAPA

orçamento de 2021 praticamente se equivale ao do ano passado e, pelas limitações sucessivas impostas pelo teto, será o menor das últimas duas décadas. Estão previstos cortes de 13% na Educação e de 5% na Saúde em meio à pandemia e, segundo cálculos do Conselho Nacional de Saúde, o SUS perderá 35 bilhões de reais em comparação com 2020.

A criação de um tipo de renda básica permanente tem importância fundamental, dada a predominância de trabalhadores informais de renda baixa e interessa também aos parlamentares e a Bolsonaro por render dividendos eleitorais àqueles que apoiarem o programa, mas qualquer perspectiva de aumento de gastos provoca reação contrária de Guedes e do sistema financeiro. Outro motivo de inquietação é o plano Pró-Brasil, de infraestrutura, importante por gerar emprego e renda e que é defendido pelos ministros da Casa Civil, general Walter Souza Braga Netto, coordenador da iniciativa, da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. Conta com o apoio do Exército, que, com a destruição das principais construtoras brasileiras pela Lava Jato, tornou-se um dos maiores empreiteiros do País, e do Centrão, que exerce grande parte do seu poder no interior da estrutura de funcionários do governo e das estatais.

A resistência em furar o teto com 3 bilhões de reais ou 5 bilhões em gastos adicionais quando há um déficit estimado em 900 bilhões não faz sentido, protestou Marinho em entrevista a uma rádio. A verdade é que o teto, como mostraram o ministro e diversos economistas, não existe mais, pois não condiz com a realidade. Considerado pela Organização das Nações Unidas a medida econômica mais drástica do mundo contra direitos sociais, ele não tem justificativa econômica aceitável, dizem vários analistas.

“O que estamos vendo é o inevitável, o

teto caiu, quebrou, não há como acomodá-lo na realidade brasileira. De certa maneira, ele foi feito para não dar certo. É isso, surgiu para constranger um governo que assumisse em 2018. Eu acho que havia ali uma preocupação quanto à possibilidade de eleição de um presidente de esquerda. O que vemos é uma imposição da realidade. Sabendo que o teto vai ser furado, a ideia é vender caro esse furo e trocar por reformas pesadas”, avalia o economista Pedro Rossi, professor da Unicamp.

Os primeiros resultados da disputa

**PEDRO ROSSI,
ECONOMISTA:
“O TETO CAIU,
QUEBROU, NÃO
HÁ COMO
ACOMODÁ-LO
NA REALIDADE
BRASILEIRA”**

surgiram na quarta-feira 19, com a notícia de que o governo enviará ao Congresso um projeto de lei de abertura de crédito extraordinário de 5 bilhões para obras em andamento e que o Renda Brasil ficará fora da lei orçamentária a ser enviada aos parlamentares neste mês, prevendo-se a sua inclusão adiante, durante a tramitação.

O jogo pesado em torno do teto contou com a participação ativa da mídia e dos economistas ortodoxos, autores de manifesto publicado nos jornais, e incluiu declaração do próprio Guedes de que Bolsonaro correria risco de *impeachment* se o teto fosse rompido. “Há um grupo de economistas que quer manter o teto custe o que custar, morra quem morrer, porque na cabeça deles é a forma por excelência de destruição do Estado. Guedes apropriou-se da gritaria para negociar pequenas flexibilizações, mas isso tem preço”, analisa o economista Guilherme Mello, diretor do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia da Unicamp.

Um destaque no vale-tudo foi a notícia





alardeada pela Globo, com base em levantamento do Instituto Millenium, fundado por Guedes, entre outros, de que os gastos com funcionários públicos federais, estaduais e municipais chegam a 13,7% do PIB, em comparação com 3,9% das despesas com a área da Saúde e 6% das com Educação. A Internacional dos Serviços Públicos criticou os “dados manipulados sobre gastos com salários de funcionários públicos e investimentos em Saúde e Educação, como se escolas e hospitais pudessem funcionar sem trabalhadoras e trabalhadores. Políticas públicas não são executadas sem servidores públicos”, disparou a organização. “O ‘estudo’ é vergonhoso, um horror”, sublinha Mello.

“Com raras exceções, os economistas ortodoxos e seus seguidores do mercado financeiro acreditam que gastos públicos com política social e investimento público atrapalham a economia. Possuem grande poder de barganha por administrarem os recursos poupados pelos indivíduos e o maior investimento desses recursos é na dívida pública, a principal riqueza

financeira do País, equivalente a 85,5% do PIB. Exercem esse poder de influenciar as decisões econômico-financeiras por serem os grandes alocadores de recursos na dívida pública, que aumenta em função dos gastos públicos crescentes em meio à pandemia. Para esse grupo, é melhor que ajustes fiscais se deem pelo gasto primário, disciplinado pela regra do teto, pois o âmbito financeiro desses gastos é uma importantíssima fonte de renda para o mercado financeiro”, analisa o economista Fábio Terra, professor da Universidade Federal do ABC e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

“Há uma negociação do que será trocado pela aceitação do furo do teto. A pressão é por reformas, como a administrativa, que garantam a colocação da grana no bolso do funcionalismo público, nas palavras do ministro Guedes”, sublinha Rossi. O problema é que mesmo se aprovasse uma reforma administrativa neste ano, praticamente impossível, o efeito seria de longo prazo, por não alterar a

remuneração do servidor público da ativa. “Eles estudam a combinação da reforma administrativa para os novos com a prorrogação da PEC emergencial, que aciona gatilhos a partir da regra de ouro (dispositivo constitucional que impede o governo de contrair dívidas para pagar salários de servidores e aposentadorias). Caso essa regra não seja cumprida, acionam-se os tais gatilhos e um deles determina o corte da remuneração e da jornada dos servidores públicos na ativa”, diz Mello. A meta tripla de Guedes inclui a prorrogação da PEC emergencial, a reforma administrativa e as privatizações da Eletrobras, dos Correios, do Porto de Santos e da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA). “A agenda desse pessoal não é desenvolvimentista. O tamanho do pacote que eles querem fazer é ridículo, nem um PAC chega a ser, muito menos um Plano Marshall, como disseram no início. Mas é uma tentativa de orientar. O que eles estão dizendo é que só com austeridade não dá, o governo precisa mostrar alguma outra coisa.”

Em 2021, projeta Mello, se o governo não fizer nada muito errado, o crescimento poderá ser de 3% a 4%, muito bom diante do declínio previsto do PIB neste ano, de 5% a 6%. Provavelmente, não irá recuperar o nível pré-Covid-19, mas dará uma sensação de que as coisas começam a melhorar, que o País está se recuperando. “A única possibilidade de isso não acontecer é o governo fazer um ajuste fiscal draconiano a partir de janeiro. Há 40 milhões à procura de emprego sem encontrar. O dado do desemprego não parece tão ruim porque muitos pararam de procurar. A situação é feia”, alerta o professor da Unicamp.

Um estudo da Instituição Fiscal Independente, do Senado, mostra que manter o teto no próximo ano afetará atividades fundamentais. As pressões continuam. Bolsonaro, de olho na reeleição, abraçará a agenda de Guedes? Ou mudará a administração do Posto Ipiranga? •